

SERGIÖBRINGEIAADVOCACIA

NOTÍCIA DE FATO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

À Excelentíssima Senhora Procuradora Geral do Estado do Amazonas, Dra. Leda Mara
Nascimento Albuquerque

Manaus/AM, 12 de fevereiro de 2026

Assunto: Notícia de Fato para apuração de supostos ilícitos envolvendo a contratação de voos privados por agentes públicos do Estado do Amazonas,

MARIA DO CARMO SEFFAIR LINS DE ALBUQUERQUE, brasileira, casada,
advogada portadora do RG sob o n. _____ e inscrita no CPF sob o _____, com
endereço profissional na Av. _____, Manaus - AM, _____, comparece,
respeitosamente, perante esta Procuradoria, por seu advogado com procuração anexa e endereço onde
recebe eventuais notificações no rodapé, para apresentar **NOTÍCIA DE FATO** visando apuração de
eventual ilícito cometido pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas, Sr. **WILSON
MIRANDA LIMA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. _____ com endereço funcional na Av.
_____, Manaus/AM, CEP n. _____, pelos fatos e fundamentos a seguir
expostos:

1. DOS FATOS

Nos últimos dias, a imprensa do Amazonas deu destaque às declarações do Sr Mauro Matosinho, ex-piloto de aeronaves da Táxi Aéreo Piracicaba (TAP), empresa ligada ao escândalo de adulteração de combustíveis pelo Primeiro Comando da Capital – PCC (vídeo em anexo).

Segundo Matosinho, aeronaves da Taxi Aéreo Piracicaba realizaram voos vinculados a agendas do Governo do Estado do Amazonas, pagos por meio de dinheiro em espécie, por meio de

SERGIØBRINGEIAADVOCACIA

terceiros e sem formalização de procedimento administrativo de contratação entre o Estado e a empresa.

Muito embora as falas do ex-piloto ainda demandem apuração de veracidade pelos órgãos competentes, os elementos divulgados indicam, em tese, a possível utilização de estruturas privadas para custear atividades relacionadas ao exercício da função pública, à margem dos mecanismos ordinários de controle e transparência.

Se confirmados, os fatos podem representar violação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente na hipótese de custeio privado de agendas públicas sem formalização administrativa e sem transparência.

Para além da dimensão administrativa e da eventual configuração de ato de improbidade, as circunstâncias narradas também podem apresentar repercussão na esfera penal.

O eventual recebimento, direto ou indireto, de vantagem indevida por agente público em razão da função pode caracterizar o delito de corrupção passiva, previsto no art. 317 do Código Penal. De igual modo, o custeio de despesas de interesse público por particulares, com potencial expectativa de favorecimento estatal, pode configurar corrupção ativa, nos termos do art. 333 do mesmo diploma.

Já a realização de pagamentos em espécie, sem lastro contratual e com eventual intermediação de terceiros, pode indicar mecanismo de ocultação da origem de valores, hipótese que, em tese, atrai a incidência da Lei nº 9.613/98, que trata dos crimes de lavagem de capitais, especialmente se demonstrada vinculação entre os financiadores das despesas e interesses econômicos perante a Administração Pública.

A substituição de contratação formal por custeio privado de serviços necessários à atividade estatal também pode representar burla ao dever de licitar e à obrigatoriedade de formalização contratual, com possível enquadramento nos tipos previstos na Lei nº 14.133/21.

SERGIØBRINGEIAADVOCACIA

Não se afasta, ainda, a necessidade de verificação acerca da natureza de tais deslocamentos, se para fins político-administrativos ou pessoais, hipótese que poderá atrair repercussão em outras esferas de responsabilização.

Ressalte-se que nesse cenário, é curial a atuação investigativa do Ministério Público para apurar inclusive o nível de envolvimento do Sr Wilson Miranda Lima no suposto esquema, afinal, é difícil crer que esse mecanismo ocorreria sem a ciência ou anuência do chefe do executivo estadual, dada a complexidade da operação ora discutida.

Diante da gravidade dos fatos divulgados publicamente e de sua potencial repercussão nas esferas administrativa e penal, cabendo ao parquet apurar a materialidade, autoria e eventual tipificação jurídica das condutas.

2. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer o recebimento da presente Notícia de Fato, com a consequente instauração de procedimento investigatório para apurar: (i) a existência de voos vinculados a agendas governamentais custeados por particulares, (ii) a forma de pagamento das referidas despesas, (iii) a existência ou não de contratos administrativos ou empenhos envolvendo a Taxi Aéreo Piracicaba, (iv) a eventual utilização de pagamentos em espécie, (v) a participação de intermediários e (vi) a possível ocorrência de ilícitos administrativos e penais, adotando-se, caso confirmadas irregularidades, as medidas cabíveis nas esferas cível, administrativa e criminal.

Certa de que esta Procuradoria adotará todas as medidas necessárias para a apuração dos fatos e aplicação da lei, coloco-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Pede deferimento.

Manaus, 12 de fevereiro de 2025

SERGIØBRINGELADVOCACIA

MARIA DO CARMO SEFFAIR LINS DE ALBUQUERQUE

p.p Sergio Roberto Bulcao Bringel Junior – OAB/AM 14.182

Assinado de forma
digital por SERGIO
ROBERTO BULCAO
BRINGEL
JUNIOR:00820374
261 JUNIOR:00820374261
Dados: 2026.02.13
07:24:20 -05'00'